

LISNAVE

ne

NEGÓCIOS&EMPRESAS

Nº 2 . DEZEMBRO . 2019
www.aip.pt

Tributo a José Manuel de Mello

Marcelo Rebelo de Sousa
Vasco de Mello
Pedro Ferraz da Costa

OPINIÃO
JORGE BRAGA DE MACEDO
JOSÉ EDUARDO CARVALHO

COMO COLOCAR AS PME
EM CONTEXTO 4.0

Jorge Santos, Pina Prata e Magalhães Correia coincidem:
existe divórcio entre o sistema de investigação e ensino e o tecido empresarial

SUMÁRIO

DEZEMBRO 2019

3

EDITORIAL



4/15

TRIBUTO A
JOSÉ MANUEL
DE MELLO



16

INQUÉRITO

21

EMPRESAS EM
DESTQUE

27

OPINIÃO

30

OPORTUNIDADES
DE NEGÓCIO

31

PROGRAMAS DE APOIO
A EMPRESAS

32

INFORMAÇÃO
ECONÓMICA

34

FISCALIDADE



PROPRIEDADE, SEDE DE REDAÇÃO E EDITOR

Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria

Praça das Indústrias, 1300-307 Lisboa | Tel.: 213 601 00 | e-mail: dci@aip.pt | NIPC: 500032335

DIRETOR José Eduardo Carvalho . EDITOR João Pedroso . REDAÇÃO Manuela Freitas, Vitor Cunha

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Filipe Martins, Maria João Quiaios, Paulo Caldas

DESIGN GRÁFICO Maria Carla Homem . Número de registo na ERC: 127351 . Periodicidade Trimestral

EDITORIAL

JOSÉ MANUEL DE MELLO E GRUPO CUF



JOSÉ EDUARDO CARVALHO

PRESIDENTE DA AIP

A revista NE – Negócios & Empresas dedica este número à vida e obra de José Manuel de Mello (1927-2009), representante da 3ª geração empresarial, construída em torno do grupo CUF.

Os extratos aqui publicados das intervenções, ocorridas na sessão de homenagem no dia 28 de junho de 2018, dão-nos uma ideia rigorosa do perfil, capacidades, personalidade e obra de José Manuel de Mello.

Falar da atividade empresarial de alguém ligado à história do grupo CUF é abordar a história da economia portuguesa e do setor industrial em particular. Mesmo sem recuar aos tempos do seu fundador Alfredo da Silva ^{*(1)}, em que “a CUF criava o que o país não tinha”, a análise da história do grupo dá-nos

matéria relevante para desmistificar ideias, preconceitos e noções que se estabeleceram no pós 25 de Abril.

SALIENTARIA:

PRIMEIRO: O condicionamento industrial foi-nos apresentado como uma exigência dos grupos económicos, como forma de preservar condições concorrenciais favoráveis ao desenvolvimento dos seus projetos. Cada vez mais se conclui que o condicionamento industrial era uma forma do poder político exercer um controlo sobre a economia. Não eram os empresários mais dinâmicos, com empresas dimensionadas e capitalizadas que precisavam de proteção do poder político para investirem. Era o poder político que exercia uma desmesurada limitação e controlo das suas iniciativas e autonomia.

SEGUNDO: A criação de uma cultura de empresa, quando na altura ainda não estavam desenvolvidas ou não tinham aparecido as conceções teóricas que iriam demonstrar a sua importância na gestão. O grupo CUF demonstrou precocemente que o maior valor da empresa é o capital humano, e que é preciso formar, motivar e renovar.

TERCEIRO: A história da CUF demonstra que foi precursora na ideia que a empresa é uma comunidade de interesses e não um lugar privilegiado do conflito entre classes sociais. Nos anos 60 já existia no grupo CUF uma comissão interna de empresa, constituída por delegados eleitos pelos trabalhadores e pelos patrões. Talvez por estas razões e pelos níveis salariais praticados, o partido comunista, antes do 25 de Abril, sempre teve dificuldades em se implantar no grupo.

QUARTO: O grupo CUF foi extinto por decreto, os empresários presos e exilados, as empresas nacionalizadas. Mais tarde, o Estado vendeu o que não pagou. A forma como o grupo se reestruturou através da combinação entre a vocação industrial e as limitações dos títulos de indemnização, continua a ser motivo e razão do reconhecimento do grande trabalho de José Manuel de Mello e da atual geração.

^{*(1)} Em 2021 comemorar-se-á os 150 anos do seu nascimento. Espero que a sociedade civil e o país possam nessa altura perpetuar a sua memória e obra nas atuais gerações de empresários. ■



TRIBUTO A JOSÉ MANUEL DE MELLO

Nota da Direção

Cumpriria dia 8 de dezembro 92 anos. É em forma de tributo que decidimos publicar o trabalho que pode ler nas seguintes páginas, elaborado na sequência da apresentação do livro “José Manuel de Mello - A Cultura da União”, em 28 de junho de 2018, para a então revista em papel que, entretanto, foi descontinuada. O seu legado justifica a publicação, agora em edição digital.

José Manuel de Mello condecorado, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito

CAPITÃO DA INDÚSTRIA SUPLANTOU REGIMES E GOVERNOS

Herdeiro dos destinos da Companhia União Fabril, que deu origem ao Grupo CUF, o maior conglomerado privado português do século XX, José Manuel de Mello (1927-2009) foi um empreendedor notável e de grande visão, para sempre ligado no imaginário nacional à Lisnave.



“Empresário pioneiro e, por vezes, rebelde”, “construtor de pontes com o mundo”, “fazedor de obras sociais, concretas, para as pessoas também concretas”, assim foi José Manuel de Mello, escreve o Presidente da República numa

mensagem aquando do lançamento da biografia do “capitão da indústria”. E foi com base naquelas aptidões que decidiu “condecorar José Manuel de Mello, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, como um todo. Sem

especificação de área empresarial”. Em vida, o empresário já tinha sido distinguido com o Grande-Oficialato da Ordem do Mérito Industrial, a Grã-Cruz da mesma Ordem, e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique.

TRIBUTO

► Marcelo Rebelo de Sousa conheceu José Manuel de Mello há cinquenta e seis anos. “Nascido em berço dourado e notoriamente influente, para não dizer muito influente, em clima autoritário e em sociedade altamente inigualitária”, soube conciliar, sublinha o chefe de Estado, “o peso das raízes” com “a cultura da união, o gosto da inventiva, a insatisfação da procura, a constância na resistência, o sentido do serviço comunitário, a teimosia em não envelhecer”.

Um conjunto de facetas que “povoa a sua obra, mas, sobretudo, define o seu perfil”, atesta o Presidente, confirmando que na história portuguesa “há vultos que ultrapassam Governos”, que “vão mais longe e atravessam regimes”, que “têm uma envergadura nacional”.

EMPRESAS ESTRATÉGICAS

Descendente de uma família de industriais, José Manuel de Mello nasceu em Cascais no dia 8 de Dezembro de 1927, teve 12 filhos e começou a trabalhar cedo nos negócios da família, o Grupo CUF, fundado pelo seu avô Alfredo da Silva.

Antes de 1974, partilhava com o seu irmão Jorge a liderança do Grupo CUF. Transformou a Casa Bancária José Henriques Totta no Banco Totta & Açores, fez a fusão da Companhia Nacional de Navegação com a Sociedade Geral, foi responsável pela expansão da Soponata, fez a fusão das seguradoras Império/Sagres/Universal e fundou a Lisnave.

Em 1983, cria a sociedade financeira MDM, em parceria com o Morgan Guaranty Trust e o Deutsche Bank, fundando depois o Banco Mello e comprando, em processo de privatização, a Companhia de Seguros Império.

No final de 1999, celebra um acordo de fusão da área financeira e seguradora com o BCP, após o que reconfigurou

o posicionamento do Grupo José de Mello, que participa hoje em empresas estratégicas para a economia nacional: Brisa, Bondalti (ex-CUF), José de Mello Saúde e Efacec.

A biografia “José Manuel de Mello – A Cultura da União”, livro da autoria de Miguel Figueira de Faria e edição da Bertrand Editora, foi apresentado no dia 28 de Junho, na Associação Nacional das Farmácias, em Lisboa, pela Fundação Amélia de Mello.

Miguel Figueira de Faria traça o percurso e os marcos decisivos da vida deste grande industrial e banqueiro, desde a CUF ao Grupo José de Mello, de forma exaustiva e bem documentada.

A apresentação pública da biografia de José Manuel de Mello contou com as intervenções do empresário Pedro Ferraz da Costa, do investigador e docente universitário Rui Ramos, para além do autor do livro, Miguel Figueira de Faria, e do editor, Eduardo Boavida. Vasco de Mello, presidente da Fundação Amélia de Mello e do Grupo José de Mello, liderou a sessão em que participaram cerca de





► duas centenas de empresários e gestores.

Rita Magalhães Collaço representou e leu, no final, a mensagem do Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa.

O HOMEM QUE NUNCA DESISTIU

Vasco de Mello, bisneto do fundador da CUF, Alfredo da Silva, refere-se ao seu pai, José Manuel de Mello, como

“um homem que nunca desistiu”, consciente do seu “contributo empresarial e de empreendedor no desenvolvimento do país”, facto que constitui “um exemplo” para as gerações vindouras.

José Manuel de Mello assumia “atitudes frontais em defesa daquilo em que acreditava”, acrescenta o também empresário e dirigente associativo, Pedro Ferraz da Costa. Propunha “caminhos alternativos para a afirmação dos

interesses portugueses, num ambiente internacional cada vez mais concorrencial”, lembra o presidente da Assembleia-Geral da AIP, “com saudade dum amigo encantador com quem tinha muita coisa em comum”. ■

“GALARDOAR A VERTENTE DO FAZEDOR DE OBRAS SOCIAIS, CONCRETAS, PARA AS PESSOAS TAMBÉM CONCRETAS”*

► Conheci José Manuel de Mello há cinquenta e seis anos. Era ele já empresário com posição cimeira, era eu estudante liceal. Quis o destino que tivesse podido acompanhar de perto, por razões familiares e de companheirismo escolar de seus próximos, um percurso que cobriria quase toda a década de 60 e metade da década de 70.

Assim como, mais tarde, seguiria, atentamente, a intervenção desenvolvida entre a década de 80 e a viragem do século. Foi, aliás, mais nesse tempo que, pessoalmente, testemunhei alguns dos seus derradeiros esforços para concretizar ou reformular sonhos e projetos.

Do rememorar de tantas evocações do ouvido, visto, analisado decorre um juízo global de inquestionável louvor à biografia hoje apresentada, mais uma, notável, do Senhor Professor Doutor Miguel Faria.

O Homem e a Obra encontram nela a sua adequada dimensão. O peso das raízes. A cultura

da união. O gosto da inventiva. A insatisfação da procura. A constância na resistência. O sentido do serviço comunitário. A teimosia em não envelhecer. Tudo isto e muito mais povoa a sua obra, mas, sobretudo, define o seu perfil.

É certo que – como já disse ao falar da vida de Seu Pai – com o reconfortante amparo de uma Linhagem e de uma Vivência, se quisermos uma complementaridade, tantos anos partilhada com Seu Irmão.

Não importa. Sendo ambos singulares, cada qual à sua maneira, aquele que hoje se recorda foi, porventura, o mais diferente na diversidade de que os unia e apartava.

O poder político foi reconhecendo, sucessivamente, os seus predicados, que, de longe, superavam as suas mais turbulentas ou intencionalmente marcadas idiosincrasias.

E, assim, recebeu o Grande-Oficialato da Ordem do Mérito Industrial e, mais tarde,



MARCELO REBELO DE SOUSA

a Grã-Cruz da mesma Ordem pelas mãos do Senhor Presidente Américo Thomaz. Tal como receberia, já no século XXI, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, outorgada pelo Senhor Presidente Jorge Sampaio.

Ficou, porém, por galardoar uma outra vertente, menos conhecida, mas não menos relevante, da sua existência. Já não a do empresário pioneiro e, por vezes, rebelde. Já não a do construtor de pontes com o mundo. Mas a ►

TRIBUTO

► do fazedor de obras sociais, concretas, para as pessoas também concretas.

Coisa estranha para a visão reductora, para a qual um capitão da indústria nascido em berço dourado e notoriamente influente, para não dizer muito influente, em clima autoritário e em sociedade altamente inigualitária não pode, por natureza, cultivar a solidariedade, que é mais do que a benemerência ou a filantropia de outrora. Pois pode. Pois pôde.

E, por isso, porque pôde, decidi condecorar José Manuel de Mello, a título póstumo, com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, como um todo. Sem especificação de área empresarial, que essa outra Ordem já é sua há muitas décadas.

Nesta decisão não pesou um segundo qualquer traço afetivo de memória, nem qualquer proximidade pessoal. Foi uma decisão estritamente ditada por razões nacionais. Há vultos que ultrapassam Governos. Há vultos que vão mais longe e atravessam regimes. Deles se diz que têm uma envergadura nacional.

Assim foi José Manuel de Mello. ■



Intervenção de Sua Excelência O Presidente da República por ocasião da sessão de lançamento do livro “José Manuel De Mello - A Cultura da União”, de Miguel Figueira de Faria. Lisboa, Aud. da Associação Nacional de Farmácias, 28 de junho de 2018.

“FOI UM HOMEM QUE NUNCA DESISTIU E SEMPRE PÔS O CONTRIBUTO EMPRESARIAL E DE EMPREENDEDOR AO SERVIÇO DE PORTUGAL”*

Provavelmente todos se questionam porque é que escolhemos a sede da ANF para fazermos esta homenagem ao meu Pai, com o lançamento deste livro, mas, antes de explicar, queria agradecer à ANF, na pessoa do Paulo Duarte, a disponibilidade e o entusiasmo com que aceitou por à disposição esta casa. E a razão é muito simples: é que aqui, em Santa Catarina, era a casa do meu bisavô Alfredo da Silva e do meu avô Manuel, portanto, para nós, a escolha da sede da ANF tem um significado muito importante.

Umás muito breves palavras para agradecer a mensagem do senhor Presidente da República, na pessoa da Dra. Rita Magalhães Collaço.

Queria agradecer também ao Pedro Ferraz da Costa, ao Rui Ramos, ao Miguel Faria e à Bertrand, ao Dr. Eduardo Boavida, pela conclusão desta iniciativa e pela edição da obra.

Relativamente ao meu pai, e obviamente falo em nome dos meus irmãos, queria agrade-

cer a todos a vossa presença aqui. Falo também em nome dos meus sobrinhos e filhos, tantos aqui presentes.

Gostava de realçar também que esta homenagem é muito justa. E é muito justa, na nossa perspetiva, porque o nosso pai, apesar de todas as vicissitudes por que passou, todas as dificuldades que enfrentou, e que foram aqui muito bem descritas, foi um homem que nunca desistiu e, portanto, teve sempre presente que o contributo empresarial, o contributo de empreendedor, era aquilo que podia pôr ao serviço de Portugal, numa perspetiva do desenvolvimento do país e isso, para nós, foi um exemplo que não podíamos deixar de referir.

E há uma pessoa, que não está aqui retratada, mas que foi fundamental, que foi a nossa mãe – também não podia deixar de o mencionar aqui.

Há dois traços que não são tão salientados na obra do Miguel Faria e que são dois traços fundamentais do que



VASCO DE MELLO

era o perfil do homem complexo que o meu pai, o nosso pai, era. A amizade e a generosidade. ■

*Compilação das intervenções de Vasco de Mello na sessão de lançamento do livro “José Manuel de Mello – A Cultura da União”, dia 28 de junho de 2018, na sede da Associação Nacional das Farmácias

“A SUA CORAGEM E FRONTALIDADE CONTINHAM-SE NUM CARÁCTER ETICAMENTE IRREPREENSÍVEL E NUMA LEALDADE DE CONDUTA”*

Tenho a honra de dizer umas breves palavras na apresentação da biografia de José Manuel de Mello, pela qual cumprimento o autor, Prof. Miguel Figueira de Faria.

A biografia relata a vida empresarial e termina com a sucessão familiar de um dos poucos grandes vultos do empresariado português que, durante cinco décadas, marcou o seu tempo. E que tempo...

Em poucos minutos concentrar-me-ei em dois pontos: a Lisnave e as relações com o poder político.

Guardo sempre a imagem do pórtico da doca grande da Lisnave, visto da janela do gabinete do Ministro das Finanças numa bela manhã de maio de 1975. Era Ministro das Finanças o Eng. Joaquim Fragoso, vindo da Caixa Geral de Depósitos, no famoso governo de Vasco Gonçalves em que o MFA e o PCP governaram como se tivessem maio-

ria absoluta e sem qualquer limite constitucional.

Eu acompanhava o António Vasco de Mello e o José Manuel Morais Cabral numa audiência destinada a explicar a iniciativa tomada pela CIP de organizar um congresso sobre o papel da iniciativa privada numa economia em transição para o socialismo.

Ao ver o olhar distante do António Vasco, o Ministro perguntou-lhe se estava desanimado ao que ele respondeu que na Lisnave, que estava paralisada, se discutia em plenário a hipótese de transformar a doca grande num viveiro de enguias.

O Ministro, como quase todos os seus sucessores até hoje, ignorava ou desprezava o facto de na atividade de reparação naval, a Lisnave se ter tornado em 10 anos líder mundial, o que nunca tinha acontecido a nenhuma empresa portuguesa e era



PEDRO FERRAZ DA COSTA

ótimo para o País. Representava aliás um peso nas exportações semelhante à AutoEuropa de hoje, mas com um VAB mais elevado.

Este contraste entre estudar, querer e conseguir fazer bem, grande e com escala, para o mercado mundial, contrasta nos mesmos cinquenta anos com o modelo... das enguias. Logo para iniciar a atividade na margem sul vêm os obstáculos do costume – a Câmara de Almada tinha, em 1960, ►

TRIBUTO

► um projeto de construção dum mirante cuja vista seria prejudicada pelas docas, a Administração do Porto de Lisboa resistia, para demonstrar o seu poder majestático, à venda de um terreno para o estaleiro, terreno que aliás era água, e a Marinha não gostava de vir a ter um vizinho daquela dimensão encostado à Base Naval do Alfeite.

Mas José Manuel de Mello não queria, e muito bem, arrancar com uma atividade competitiva internacionalmente amarrado pelos pequenos grandes poderes da administração pública portuguesa. E foi lutando até ganhar a guerra da localização e a posse dos terrenos.

Conseguiu os melhores parceiros internacionais, financiamento externo, formação tecnológica avançada para os operários e uma equipa de quadros de nível internacional, mas nunca conseguiu, a partir de certa altura, remunerar os capitais envolvidos. Nunca, ou só com grande atraso, os sucessivos governos refletiram nas regras internas a modernização da atividade requerida pela concorrência internacional em cenários de crises petrolíferas, reabertura

do Suez e exploração nas plataformas do Mar do Norte.

Acorriam tarde e más horas para fazer face aos salários em atraso, mas mais nada. E para manter a liderança era preciso investir nas novas tecnologias, modernizar os quadros e flexibilizar a atividade.

A Lisnave era, à época, o único estaleiro europeu que não trabalhava com banco de horas a 3 ou 5 anos, adotado entretanto pela indústria automóvel europeia e que nós, após a sua introdução no tempo da Troika, acabámos de deitar fora com o acordo das confederações patronais.

Em paralelo com o despacho regular da Comissão de Trabalhadores da Lisnave com o Comité Central do Partido Comunista, a quem reportava, José Manuel de Mello reunia, nos momentos mais difíceis, com Álvaro Cunhal.

E quando se convenceu que tinha que sair da Lisnave - pois que estavam todos convencidos que o Mello arranjará sempre o dinheiro, deixou-a entregue, por um dólar, a dois gestores, com estaleiros remodelados e adaptados à reparação e re-

fitting de navios de cruzeiro, empregando à data 380 pessoas, remanescente dum quadro que entre Lisnave e Setenave teria ocupado, à laboração máxima 5.800 mais 6.000 trabalhadores, respetivamente. E assumindo o passivo acumulado.

A tese das enguias acabou por ganhar, o que deve ser motivo de reflexão para todos, atenta a descomunal destruição de valor e de empregos remunerados muito acima da média nacional e até da indústria em Portugal e a atividade de engenharia, consultadoria e gestão de estaleiros, entre outros, no Bahrein que se se tinha alargado a outros continentes.

A Lisnave haveria de sair em 2000 da Margueira que lá está parada, exemplo vivo de como entre nós tudo se arrasta perante a paz geral, em que ao Mar se vão dedicando alguns colóquios.

Desde abril de 1961 que José Manuel de Mello, através do relatório de uma viagem a Angola para observar os acontecimentos de Março, alertava Salazar para a necessidade de reagir rapidamente alterando a administração ultramarina. ►

TRIBUTO

► E foi criando a convicção de que uma perspetiva europeia para Portugal e a aposta no alargamento do Mercado Comum Europeu eram condições centrais para o nosso desenvolvimento económico, e que Marcelo Caetano já não o conseguiria fazer. Aliás, desde finais dos anos 50 que o Grupo reduzia o seu envolvimento na navegação, fortemente dependente das rotas de África.

Em 1975 e 1976, pois que as nacionalizações continuaram mesmo depois da queda do V Governo e do 25 de novembro, quase tudo o que tinha alguma dimensão e era de portugueses foi nacionalizado sem outro critério que não fosse a destruição de tudo o que pudesse significar algum poder económico – no fundo a tese do PCP a que os outros partidos nunca tiveram a coragem ou convicção de se opor.

E as mais de 100 empresas do Grupo CUF por maioria de razão também foram.

Após um curto período no estrangeiro começa, com o regresso, a tentativa de reconstrução de um novo grupo económico.



Os valores fixados para as indemnizações foram confiscatórios. Por um lado, pelo valor atribuído, mas principalmente por os títulos atribuídos às participações mais elevadas vencerem taxas de juro irrisórias – 2%, numa época em que os juros subiam aos 25%. Significava a erosão quase total do pequeno valor atribuído a quem quisesse mobilizar esses títulos para investimento.

Jorge e José Manuel de Mello, e quase todos os outros nacionalizados, lutaram por uma correção desses valores, mas

hesitaram sempre em recorrer aos tribunais internacionais porque para uns isso iria contra o seu patriotismo e para outros porque não queriam fechar as portas a futuros entendimentos com governos.

Só foi possível, a muito custo, criar as comissões arbitrais previstas na lei para discutir os valores. Na generalidade, a correção dos valores foi proposta pelas comissões arbitrais, chegando a haver um caso onde até o árbitro nomeado pelo Estado votou favoravelmente a correção com os outros dois. ►

TRIBUTO

► Mas apesar da elite dos professores de Direito ter publicado nas revistas da especialidade pareceres favoráveis à correção da situação criada pelas nacionalizações, tal não teve consequências práticas pois que os Ministros das Finanças meteram os pareceres na gaveta recusando a homologação. De facto, o primado da lei não ultrapassava nem as conveniências financeiras do Estado, nem a pouca ou nenhuma vontade de ter empresas com dimensão, de acionistas portugueses.

Recordo-me perfeitamente de, como coordenador deste grupo, ter falado com o Ministro Miguel Cadilhe em audiência solicitada expressamente para discutir o tema e de, tendo chegado ao limite do que ele entendia ser o seu poder de decisão, ter pedido que levasse o assunto ao Primeiro Ministro.

O assunto era propor que os indemnizando pudessem mobilizar, através da emissão de “warrants”, o equivalente às indemnizações corrigidas, quer pelos valores fixados nas comissões arbitrais, quer por uma taxa de juro não confiscatória, com a única aplicação possível

no concurso ao programa de reprivatizações. Foi um trabalho enorme coordenado pelos Drs. Hélder Veiga e Costa Pereira.

Não se pretendia somente, o que não seria pouco, que se fizesse justiça e que o Estado português manifestasse respeito pelos direitos de propriedade, base de qualquer economia de mercado. Pretendia-se, olhando para o futuro, contribuir para a construção dum plano estratégico de privatizações a que pudessem acorrer os empresários portugueses, em leilão competitivo.

Passados dias fui chamado para ouvir que a proposta não era aceite e concluir que os resultados das comissões arbitrais iam para a gaveta e não valeria a pena protestar.

Olhando para o que foram as privatizações, para o privilégio ao encaixe financeiro como critério quase exclusivo e para o facto de a política orçamental ter consumido o elevado valor arrecadado não posso deixar de afirmar que foi um erro clamoroso, com efeitos a muito longo prazo.

Fomentaram-se, em alternativa, nalguns casos, formas

habilidosas de acesso sem capital ao controlo de bancos e empresas que se foram vendendo a estrangeiros ao longo de anos e de forma muito acelerada no recente período de ajustamento.

O desejo legítimo e compreensível de regressar à atividade empresarial no seu próprio País, levaram José Manuel de Mello e todos os outros a aceitar esta conclusão.

Mas isso nunca o inibiu a ele de, nos momentos certos, tomar atitudes frontais em defesa daquilo em que acreditava e a propor caminhos alternativos para a afirmação dos interesses portugueses, num ambiente internacional cada vez mais concorrencial.

Perpassam ao lado da biografia episódios que ilustram, quer antes quer depois da Revolução, o tipo de relações existentes em Portugal entre o poder político e o poder económico.

Relações sempre pautadas pelo horror a fazer empresas grandes e a aceitar que a atividade empresarial pagasse aos gestores e aos trabalhadores salários superiores ao que o Estado pagava aos seus funcionários. E esse espírito ►

TRIBUTO

► de travão e boicote inundava a administração pública e é hoje um dos maiores travões a que decisões rápidas e previsíveis possam ajudar a um maior crescimento.

Já Salazar com a Lei 2105 de 1960 limitava os salários, prémios e participações nos resultados dos administradores de empresas concessionárias do Estado ao ordenado dos membros do Governo. Era no fundo a fixação de um leque salarial.

Como se voltou agora a fazer com os ordenados dos gestores das empresas públicas e dos bancos ajudados.

Defender uma visão mais moderna do País num mundo

em mudança cada vez mais rápida – “tempo perdido não se recupera”, acreditar que os Portugueses eram capazes de fazer mais e melhor – o que demonstrou na prática, aprender com as melhores práticas de outros países foram objeto de intervenções individuais mas também de muitas em grupo juntando-se, numa atitude modesta, a outros empresários tentando motivá-los e até espicaçá-los. Neste seu papel ainda não tem substituto.

E se Salazar respondeu aos seus protestos sobre a Lei 2105 dizendo que se o País tivesse tido dez Alfredo da Silva estaria muito melhor, eu digo agora que se o movimento

dos empresários tivesse tido dez José Manuel de Mello estaríamos muito melhor.

A sua coragem e frontalidade continham-se num carácter eticamente irrepreensível e numa lealdade de conduta. Gostaria de terminar exprimindo às filhas e aos filhos a minha admiração pela sucessão construída e a saudade dum amigo encantador com quem tinha muita coisa em comum, entre outras, não gostar de enguias nem de apertos de mão. ■

*Intervenção na apresentação do livro “José Manuel de Mello - A Cultura da União”, 28 de junho de 2018

NEGÓCIOS NO MUNDO

Iniciativa conjunta de 8 Associações Empresariais para apoiar as PME portuguesas na internacionalização

MISSÕES EMPRESARIAIS | FEIRAS INTERNACIONAIS | MISSÕES INVERSA
CAPACITAÇÃO DE EMPRESÁRIOS | WORKSHOPS TEMÁTICOS

Promotores

AIP ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EMPRESAS
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO PORTUGAL
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO ALENTEJO
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO CENTRO
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO LUL
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO NOROCCIDENTAL
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO SUDESTE
AEP ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO TETO

Cofinanciamento

COMPETE 2020
Lisb@2020
CRESCE ALGARVE 2020
PORTUGAL 2020
UNIO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

INQUÉRITO

1

O Governo decretou a subida do salário mínimo para 2020 fixando-o em 635 euros, o que corresponde a um aumento de 5,8%. Haverá setores que ficam ainda mais vulneráveis.

Justificam-se medidas que permitam às empresas atingir os objetivos traçados pelo Governo? Quais?

Ninguém de bom senso coloca em causa que é impossível viver dignamente com o salário mínimo. Diferente é pensar que o aumento do salário mínimo induz o aumento de produtividade. É como começar a casa pelo telhado.

O que deve ser discutido é que o valor do salário mínimo é o reflexo da falta de competitividade da nossa economia. Portugal tem vindo sucessivamente a perder posições no contexto internacional em todas as avaliações efetuadas. As condições de competitividade estão para as empresas como as condições das estradas para os automóveis. A nossa estrada está cada vez mais degradada



JORGE SANTOS

CEO VIPEX

exigindo um crescente esforço para “conduzir” nas condições atuais. Imprevisibilidade fiscal e carga fiscal elevada para as empresas, para os particulares que sobrecarrega os quadros e leva muitos dos talentos, de que tanto precisamos, a sair. Acresce um sistema judicial ineficaz, sistema de ensino em degradação, entre outros constrangimentos.

Prioritário seria que a nossa classe política dirigente se focasse numa estratégia de longo prazo que levasse à criação de condições de competitividade para a prosperidade e não para a distribuição da pouca riqueza que produzimos. Uma política fiscal favorável às empresas de bens e serviços transacionáveis para incentivo ao reinvestimento, política fiscal incentivadora de poupança, legislação do trabalho para a indústria 4.0 e não para as in-

dústrias do passado, sistema judicial célere para cobrança de dívidas, estatuto da carreira docente e dos investigadores que permita uma ligação dos académicos com as empresas, são alguns dos exemplos de medidas a tomar.

2

A economia portuguesa manteve, em 2019, a 34ª posição no ranking de competitividade do Fórum Económico Mundial. A capacidade de inovação foi o indicador mais baixo que Portugal obteve, nomeadamente na proeminência das instituições de investigação e no investimento em Investigação & Desenvolvimento. Qual o seu comentário?

Como referi na resposta anterior, temos uma limitação grave na relação do sistema de Investigação e Ensino com o tecido empresarial. É urgente que se reveja o estatuto dos docentes e investigadores em relação às questões de exclusividade e ao sistema de avaliação. É

INQUÉRITO

3

incompreensível que não seja considerado para efeitos de avaliação o esforço de muitos docentes em trabalhos realizados em ambiente empresarial. Pelo contrário, só é valorizada a produção de “papers”.

O mesmo sistema também dificulta o acesso a profissionais que possam aportar a experiência real aos alunos do ensino superior.

A ausência de avaliação até ao nono ano é mais um sinal de desregulação do ensino secundário e de desarticulação com a necessária preparação dos nossos jovens para a vida. Na vida real todos nós somos permanentemente avaliados.

Acresce a tudo isto que as diferenças salariais derivadas da falta de competitividade da economia portuguesa e a carga fiscal insustentável, leva a que muitos dos nossos jovens altamente qualificados procurem outros países para a sua realização pessoal e profissional.

A Comissão Europeia acaba de rever em baixa as previsões de crescimento económico para 1,7% em 2020. O Conselho das Finanças Públicas estima também um crescimento de 1,7%, enquanto que o Ministério das Finanças aponta para 1,9%. Embora estes valores se situem acima do esperado para a zona euro, haverá outras economias da UE a crescer mais. Aliás, o Banco de Portugal diz, no Boletim Económico do Outono, que o PIB per capita nacional afastou-se da média da UE nos últimos 25 anos. Que leitura faz?

Fico muito triste. Quem é que pode estar confortável com esses valores?

O que deveríamos estar a discutir seria um PACTO DE REGIME, no mínimo a 10 anos, que contemplasse as prioridades em relação a fatores competitivos que nos

levassem a crescer 4 ou 5%, de forma sustentada, a partir dos próximos 2 ou 3 anos. Não conheço outra forma de aumentar receitas de impostos reduzindo simultaneamente a carga fiscal, de reduzir em 10 anos o peso da dívida para 70% do PIB, de sustentar o Estado Social e de poder retomar o investimento público. Com crescimentos abaixo dos 2% nem sequer temos condições para reduzir o peso da dívida, situação que se poderá ainda agravar se houver uma eventual recessão ou algum aumento de juros.

INQUÉRITO

1

O Governo decretou a subida do salário mínimo para 2020 fixando-o em 635 euros, o que corresponde a um aumento de 5,8%. Haverá setores que ficam ainda mais vulneráveis.

Justificam-se medidas que permitam às empresas atingir os objetivos traçados pelo Governo? Quais?

O governo pode apoiar a medida política de aumento do salário mínimo e de harmonização da remuneração do trabalho no âmbito europeu, minimizando a sua repercussão na competitividade do empregador. Isso pode configurar, por exemplo, o apoio à sua comparticipação para a Segurança Social, principalmente nos setores mais afetados, nomeadamente em setores essenciais da economia portuguesa como a restauração, agricultura, indústria intensiva em mão-de-obra, entre outros.



HORÁCIO PINA PRATA

PRESIDENTE DA NERC - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE COIMBRA

2

A economia portuguesa manteve, em 2019, a 34ª posição no ranking de competitividade do Fórum Económico Mundial. A capacidade de inovação foi o indicador mais baixo que Portugal obteve, nomeadamente na proeminência das instituições de investigação e no investimento em Investigação & Desenvolvimento. Qual o seu comentário?

A economia portuguesa tem vindo nas últimas décadas a verificar uma aposta na I&D a

par com a melhoria da capital humano. Apesar da despesa em I&D (em % do PIB) estar a aumentar de 0,7% em 2000 para 1,7% em 2019, esta continua a estar abaixo da média europeia. No entanto, estas políticas não se traduziram diretamente no aumento da produtividade. O investimento em Investigação & Desenvolvimento nas Instituições é avaliado pelo volume e não pela eficiência da sua aplicação. Está orientado pelos objetivos do Ensino Superior e não pela procura dos agentes económicos sendo disso reflexo o baixo número de patentes e da participação nas redes internacionais de inovação.

De ressaltar que apenas uma parte limitada destes recursos se encontram ao serviço das empresas, o que explica o baixo efeito sobre a produtividade. Com efeito, as empresas continuam a incorporar um baixo número de investigadores, um baixo nível de despesa e aposta em I&D e um décimo da média em patentes registada na OCDE.

Com vista a alterar este paradigma é necessária uma efetiva promoção do conhecimento nas empresas e das redes de colaboração entre empresas, através de uma

INQUÉRITO

aposta real na capacitação de meios dos centros de conhecimento, no âmbito dos Programa Interface e Capacitar, e dos clusters.

3

A Comissão Europeia acaba de rever em baixa as previsões de crescimento económico para 1,7% em 2020. O Conselho das Finanças Públicas estima também um crescimento de 1,7%, enquanto que o Ministério das Finanças aponta para 1,9%. Embora estes valores se situem acima do esperado para a zona euro, haverá outras economias da UE a crescer mais. Aliás, o Banco de Portugal diz, no Boletim Económico do Outono, que o PIB per capita nacional afastou-se da média da UE nos últimos 25 anos. Que leitura faz?

Os bons números da economia portuguesa nos últimos anos estão fortemente associados a fatores circunstanciais, nomeadamente no Turismo, associado à elevação dos níveis de risco dos principais mercados competidores, sendo incerta a manutenção dessa vantagem competitiva. Maior resiliên-

cia se verifica noutros setores, contribuintes a outro nível para esse crescimento, como sejam os setores têxtil e calçado, objeto na última década de significativa recuperação e posicionamento em alta, mas com potencial de dificuldades a curto prazo.

A aposta em linhas estruturantes, como a que se verificou no setor automóvel e no empreendedorismo, nomeadamente digital, tem sido pontual e errática.

Deve procurar-se o envolvimento das partes interessadas na competitividade, assente nos três pilares com responsabilidade direta (Governo, empregadores e sistema de educação/formação), na definição de uma política de requalificação do trabalho em Portugal, observando um mundo em acelerada mudança onde o CAPITAL HUMANO explica a diferença da competitividade.

Urge assumir-se uma Estratégia Nacional Integrada para o Crescimento assente num sólido pacto de regime onde de direito caibam as empresas enquanto agentes criadores de valor.

INQUÉRITO

1

O Governo decretou a subida do salário mínimo para 2020 fixando-o em 635 euros, o que corresponde a um aumento de 5,8%. Haverá setores que ficam ainda mais vulneráveis. Justificam-se medidas que permitam às empresas atingir os objetivos traçados pelo Governo? Quais?

Justificam-se algumas medidas que minimizem o acréscimo de custos, sim. A redução da contribuição autónoma é uma delas.



JOSÉ MAGALHÃES CORREIA

PRESIDENTE DA NERVIR - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

2

A economia portuguesa manteve, em 2019, a 34ª posição no ranking de competitividade do Fórum Económico Mundial. A capacidade de inovação foi o indicador mais baixo que Portugal obteve, nomeadamente na proeminência das instituições de investigação e no investimento em **Investigação & Desenvolvimento**. Qual o seu comentário?

Portugal é um país a duas velocidades, onde convivem empresas de alta tecnologia e inovação e inúmeras empresas carentes de boa gestão e melhoria na sua competitividade. Existe ainda um divórcio entre as Instituições de Investigação e o tecido empresarial.

3

A Comissão Europeia acaba de rever em baixa as previsões de crescimento económico para 1,7% em 2020. O Conselho das Finanças Públicas estima também um crescimento de 1,7%, enquanto que o Ministério das Finanças aponta para 1,9%. Embora estes valores se situem acima do esperado para a zona euro, haverá outras economias da UE a crescer mais. Aliás, o Banco de Portugal diz, no Boletim Económico do Outono, que o PIB per capita nacional afastou-se da média da UE nos últimos 25 anos. Que leitura faz?

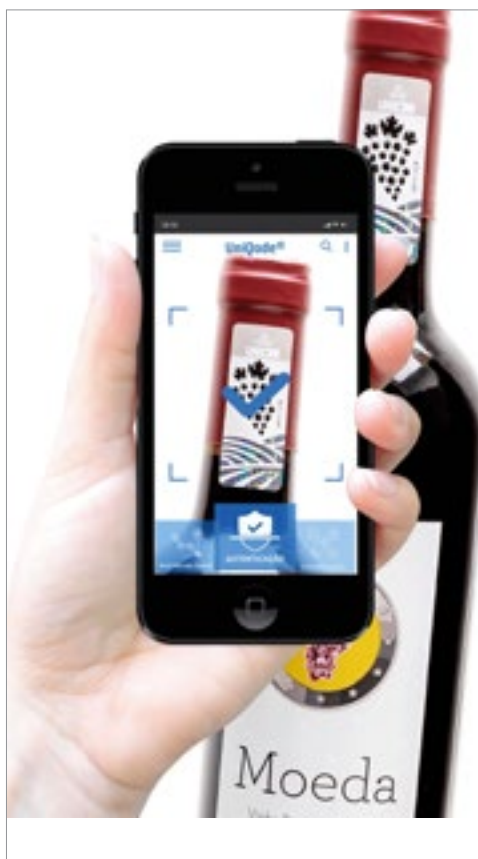
Apesar do elevado esforço das empresas portuguesas com o aumento do seu investimento, este não tem sido acompanhado de igual forma pelos governos de Portugal. Impõe-se um maior investimento por parte do Estado em domínios como a Educação e a Saúde, mas também nas infraestruturas portuárias, ferroviárias e logísticas.

UNIQUOTE® - SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE MARCA DESENVOLVIDA PELA INCM

A **Imprensa Nacional-Casa da Moeda** (INCM), apesar de ser o mais antigo estabelecimento industrial do País, continua a fornecer bens e serviços essenciais à vida em sociedade, muitos deles com uma forte componente tecnológica.

Graças a uma forte aposta em Inovação e ao investimento anual de 1% do seu volume de negócios em I&D, a INCM é hoje uma empresa de vanguarda nas áreas da gráfica de segurança e da segurança digital. Para isso, além de contar com profissionais altamente qualificados, a INCM conta ainda com uma rede de inovação colaborativa que integra duas dezenas de universidades e centros de investigação nacionais, o que lhe permite fazer face aos desafios de uma economia, cada vez mais, digital e global e, ao mesmo tempo, dar resposta às necessidades do Estado, dos cidadãos e das empresas.

Tendo presente as preocupações das empresas e dos consumidores no que respeita à proteção de marcas e ao combate à fraude e contrafação, a



INCM, em colaboração com a Universidade de Coimbra, desenvolveu o UniQuote®, uma solução que permite codificar informações num identificador único, impossível de copiar, e que pode ser lido através de smartphones.

Esta solução, com diversos elementos de segurança físi-

ca e digital, pode ser aplicada em qualquer produto e, além de garantir a sua autenticidade e integridade, torna possível a sua rastreabilidade, a identificação ao longo de toda a cadeia de fornecimento e um controle rigoroso das quantidades em circulação.

Graças à sua versatilidade, o UniQuote® pode ser também uma ferramenta de marketing útil às empresas, recolhendo dados estatísticos e geográficos das verificações, promovendo o envolvimento do consumidor e tornando-o um aliado na luta contra a fraude. ■



EMPRESAS em destaque



ANIMARIS: FUGA PERFEITA PARA A ILHA DESERTA

Dar a conhecer e preservar a Ilha Deserta da ria Formosa, em Faro, é o negócio da **Animaris - Animação Turística Lda**, especialista em produtos no âmbito do turismo de natureza que respeitem a conservação do ambiente. Tem mais de 30 anos de experiência e gere uma larga frota de barcos para transporte e passeio, apoiada por uma equipa profissional de biólogos marinhos “skippers” certificados.

Atuando no setor de transportes por água sede em Faro e com sede em Faro, a Animaris oferece liberdade para passar o tempo que quiser na Ilha Deserta – tam-

bém conhecida como Ilha da Barreta, uma das ilhas barreira da Ria Formosa, e a única que não é habitada – e a possibilidade de escolher o horário de regresso, lugares reservados e experiências customizadas.

A frota de barcos, para transporte e passeios, é composta por embarcações de diferentes tipologias (semirrígidos, lanchas rápidas e catamarans), com capacidades entre 10 a 200 passageiros.

Organiza passeios guiados e experiências personalizadas para grupos empresariais, turistas, famílias, grupos escolares e residentes.

A empresa é responsável pela gestão da ilha e dos diversos serviços de apoio e equipamentos contemplados pela concessão da respetiva praia, entre eles os colmos e as espreguiçadeiras bem como uma equipa de nadadores-salvadores durante a época balnear, entre os meses de Junho a Setembro.

O Restaurante Estaminé, reconhecido e premiado pela sua qualidade gastronómica e eficiência energética, é a única estrutura existente na Ilha. Aberto todo o ano e com vista panorâmica sobre o Parque Natural e o Oceano Atlântico, é especializado nos produtos frescos do mar e da Ria Formosa, como o peixe e o marisco. ■

CARCIL FABRICA EM GUIMARÃES PARA MAIS DE 50 MARCAS

Empresa familiar na segunda geração com sede em Guimarães e 31 anos de experiência na produção de roupa interior masculina e feminina, a **A2CS - MALHAS LDA**, dona da marca **Carcil**, continua a crescer nos mercados externos, diferenciando-se pela diversidade dos seus artigos, qualidade das matérias-primas e rapidez na entrega das encomendas.

A Carcil recorre a máquinas de última geração tanto nos

processos de produção e corte (com recurso ao sistema CAD/CAM da Lectra) como nos procedimentos criativo e modelar.

Dispõe de uma equipa de profissionais especializados, garantindo assim a solidez do negócio e uma resposta eficaz às exigências dos mercados.

Fundada por Angelino e Ana Maria Salazar e especializada em corte e confeção de



vestuário interior (masculino, feminino e infantil), a empresa vimaranense garante uma produção diária de cerca de cinco mil unidades, elaboradas com os melhores acabamentos, design e materiais de qualidade (sistema ISO e OKO-Tex).

Implementou o sistema de “chave-na-mão”, ou seja, uma solução completa que garante ao cliente empresarial os resultados pretendidos sem preocupações e ao melhor preço do mercado.

Encarrega-se de preparar e acompanhar as encomendas ao longo do processo de produção, incluindo a confeção, o desenho, a etiquetagem, o embalamento e o controlo de qualidade de modo a entregar o produto dentro dos prazos acordados. ■



MÁQUINAS GRAMASER AUMENTAM COMPETITIVIDADE DOS HORTOFRUTICOLTORES

Há 14 anos que a **Gramaser - Indústria Metalomecânica Lda** constrói em Leiria máquinas para o tratamento, seleção e classificação por peso, diâmetro e cor de frutas e vegetais, segundo as normas e especificações da Comunidade Europeia. Exporta para países do Velho Continente, Ásia, Médio Oriente, África e Magrebe.

Resultante do contínuo investimento em investigação e desenvolvimento de produto, o catálogo 2019/2020 da Gramaser exhibe um conjunto diversificados de equipamentos, onde se destacam



as linhas de máquinas para calibragem, triagem e classificação de hortofrutícolas.

A empresa tem evoluído não só ao nível tecnológico, mas também no que respeita às instalações fabris, que duplicaram

desde a sua criação, acompanhando assim a evolução do setor e das encomendas.

Oferece soluções à medida, adaptando-as ao tamanho, grau de exigência e necessidades das PME. ■

LICENCIAMENTO DAS
ATIVIDADES ECONÓMICAS

REGULARIZE A **ATIVIDADE DA SUA EMPRESA**
COM O APOIO DA AIP

Contactos: licenciamento@aip.pt | 965 640 689

EUROSPRING ACELERA NO MERCADO DE REPARAÇÃO

Especialista no comércio de molas e componentes para suspensão automóvel, a exportadora **Eurospring - Componentes para Suspensões, S.A.** é uma referência no setor, garantindo produto certificado, entregas rápidas e um serviço ajustado a cada cliente.

Criada em 3 de Janeiro de 2007 e instalada no Cartaxo com um amplo stock de mais de cinco mil referências em molas, folhas e “ubults”, a Eurospring iniciou as suas exportações ainda no decorrer desse mesmo ano e inaugurou a filial de Madrid no final de 2010.

Detentora do capital de empresas certificadas na produção de molas e abraçadeiras (U-bolts) para suspensões, inclusive para primeiro equipamento (OEM), a empresa possui um vasto conjunto de produtos como molas de lâmina convencionais e parabólicas, abraçadeiras e diversos componentes para suspensão.

Oferecendo um portfólio de soluções para suspensão do



veículo pesado, seja ele camião, autocarro, utilitário ou comercial, a Eurospring tem vários modelos de suspensões dianteiras e traseiras para camiões, com características adaptadas às necessidades de cada cliente.

Material semelhante se aplica nos reboques e nas máquinas



agrícolas, pois estes também precisam de suspensões de alto desempenho e soluções muito específicas.

Os veículos pick-up e 4x4 necessitam com frequência de uma suspensão adequada aos seus usos diversos, tais como veículos de reboque, veículo de incêndio, veículo blindado, caça de lazer ou militares.

Também para autocaravanas e outros veículos modificados a Eurospring disponibiliza uma gama completa, standard ou específica. ■

NEGÓCIOS NO MUNDO

Iniciativa conjunta de 8 Associações Empresariais
que apoia as PME portuguesas na internacionalização

CALENDÁRIO | 2020

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO

MISSÃO INVERSA

Visita de
compradores
internacionais
- Alentejo
Business

Visita de
compradores
internacionais
- Braga

Visita de
compradores
internacionais
- Lisboa

Visita de
compradores
internacionais
- NERSANT
Business

MISSÃO AO EXTERIOR

Marrocos
Brasil
Gana
Costa do Marfim

Vietname

EUA

Singapura
Bélgica

MISSÕES AOS MERCADOS • MISSÕES INVERSAS • FEIRAS INTERNACIONAIS
WORKSHOPS TEMÁTICOS • CAPACITAÇÃO DE EMPRESÁRIOS

www.aip.pt | internacionalizacao@aip.pt | 213 601 173

Promotores



Cofinanciamento



EFEMÉRIDES 18/19

O centenário da grande guerra e o décimo aniversário da grande crise abriram perspectivas relevantes para cultura, ciência e negócios, como evocar Nelson Mandela no campus de Campolide, encerrando as comemorações do centenário no 5º aniversário da sua morte¹.

A conjuntura internacional continua marcada pela crescente rivalidade entre China e EUA e suscita receios da “armadilha de Tucídides”, de que Graham Allison elenca 16 outros exemplos históricos, doze dos quais levaram à guerra, como Atenas contra Esparta no século V A.C. Há três exemplos pacíficos no século XX: Reino Unido contra Estados Unidos no início, estes contra União Soviética no pós-guerra e França e Reino Unido contra Alemanha depois da queda do muro de Berlim. O primeiro, porém, refere-se a Portugal contra Espanha nos finais do século XV antes portanto da chegada da armada de Fer-

não de Magalhães ao Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, em 29 de Novembro de 1519². A 13 de Dezembro, dia da entrada na baía do Rio de Janeiro, já estará em linha outro exemplar da revista digital da AIP...

Só que, enquanto se reforça uma aliança euro-africana para presidências alemã e por-



JORGE BRAGA DE MACEDO

“ Permanecem esquecidas 45 propostas aprovadas no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia no Verão de 2015 que visavam ultrapassar constrangimentos, monitorizar medidas e sua potencial abertura às plataformas, declinadas por setores como energia, comunicações, financiamento, educação ”

¹ <http://www.jbmacedo.com/pt/Efemerides18.pdf>. ² <http://www.jbmacedo.com/pt/Efemerides19.pdf>.

► tuguesa da UE em 20/21, definiu o “conhecimento mútuo” dos parceiros, recomendado desde 2006 relativamente aos ODM na CPLP (cimeira de Bissau).

Permanecem esquecidas 45 propostas aprovadas no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia no Verão de 2015 que visavam ultrapassar constrangimentos, monitorizar medidas e sua potencial abertura às plataformas, declinadas por setores como energia, comunicações, financiamento, educação. Antevendo a aproximação a SEGIB, OIF e CoN, já então se pretendia explorar a complementaridade económica entre as 6 organizações regionais (ASEAN, CEAC, CEDEAO, UE, MERCOSUL, SADC) dos membros da CPLP e das outras três organizações.

Quanto à surpresa da crise, fica a pergunta rara da Rainha Isabel II na London School of Economics, “como é que ninguém reparou?”, que levou académicos britânicos a escrever uma carta resposta não solicitada, denunciando “políticos para os quais os banqueiros são engenheiros”. A Academia das Ciências de Lisboa valorizou a descrição de Lula quando recebeu Gordon Brown,



Ocorre lembrar
Brexit e a cimeira da SEGIB em
Andorra, das quais poderá resultar
uma cooperação tripartida
das confederações empresariais
que alargue e aprofunde
a aliança euroafricana em
desenvolvimento”



que então presidia ao G20: “essa é uma crise branca, de olhos azuis”³. Os exemplos de Gillian Tett sobre “silo busting” no saber e no fazer e do “dieselgate” também ajudaram a escrever a uma rainha lusófona fictícia, conforme NOVASBE Working Paper e livro de homenagem ao Papa Francisco, organizado pelo confrade Fernando Baptista, publicados em 2017.

Nesse mesmo ano, no painel de encerramento do 23º Fórum Económico Internacional das Américas, realizado em Montreal, moderado pela sherpa da OCDE, as dirigentes de CoN, OIF, SEGIB e CPLP assinaram uma declaração sobre huma-

nismo universal que as três últimas reiteraram no Estoril um ano depois, por ocasião dos 70 anos da declaração universal dos direitos humanos.

Nem de propósito, a revista Diplomacia século XXI de Outubro 2019 é dedicada à Guiné Equatorial, que considera oficiais francês, espanhol e português. Além de saudar essa pertença comum concreta, ocorre lembrar Brexit e a cimeira da SEGIB em Andorra, das quais poderá resultar uma cooperação tripartida das confederações empresariais que alargue e aprofunde a aliança euroafricana em desenvolvimento. Não faltarão efemérides em 2020! ■

³ FT 27/3/09, p. 2 da edição doméstica.

FRAGMENTAÇÃO E ALHEAMENTO DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA

Em finais de 2011 havia 733 associações empresariais. Em 2018, são 1064. Em sete anos houve um crescimento de 40%. A representatividade associativa está distribuída por uma associação por cada 375 empresas que entregam Informação Empresarial Simplificada. Duvido que esta fragmentação provocasse um crescimento do número de empresas filiadas. Por outro lado, a estrutura confederativa passou de cinco confederações em 2011, para seis em 2018, apesar de só quatro continuarem representadas nos organismos de concertação social. [Este é apenas um dos capítulos de uma estruturada reflexão sobre o estado da arte do associativismo empresarial em Portugal. **[Aceda aqui ao texto integral](#)**]

Há quatro fatores que contribuíram para o alheamento crescente das empresas da atividade associativa:

Um associativismo disperso e fragmentado não tem condi-

ções para formatar decisões políticas nem capacidade para influenciar a definição de políticas económicas e públicas. Veja-se a rejeição pelos governos das propostas que as confederações todos os anos apresentam por ocasião da discussão do Orçamento do Estado.

Inexistência de cúpula confederativa. Os efeitos da não existência de uma só cúpula confederativa, têm sido por vezes colmatados com o esforço da CIP em tentar articular e concertar posições com outras confederações sobre política económica.

Estratégia de compromisso em detrimento da afirmação na defesa do interesse das empresas. Percebe-se que se deva privilegiar o compromisso quando a economia está em recessão. Mas deve-se reforçar a afirmação quando o PIB cresce, para que os ganhos do crescimento sejam repartidos por todos os setores de atividade económica, e não só no setor público. Uma estraté-



JOSÉ EDUARDO CARVALHO

gia confederativa mais afirmativa teria dificuldades em tolerar a manutenção nuns casos, e o crescimento noutros, das taxas de impostos e contribuições que vigoram desde 2011, como foi demonstrado por um estudo recente da AIP.

Atividade associativa desfasada das necessidades das empresas. As ações das AER concentram-se em atividades com reduzido ou limitado valor acrescentado para as empresas. ■

CONSULTE AS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO INTERNACIONAIS DA SEMANA

Moldes para materiais compósitos; manómetros e fluxómetros; e laminados de madeira; são alguns dos artigos procurados no âmbito das oportunidades de negócio internacionais que a AIP esta semana divulga.

Têm origem, entre outros mercados, na Coreia do Sul, Ucrânia, Roménia e Alemanha. Em complemento, todos os meses são colocadas na plataforma Enterprise Europe Network mais de 500 oportunidades de negócio internacionais. Se tiver interesse em conhecer estas e outras oportunidades de negócio con-



tacte EEN.Portugal@aip.pt. Solicite apoio gratuito.

A Enterprise Europe Network – da qual a AIP é membro – é uma iniciativa da Comissão Europeia e constitui a maior rede de serviços de

informação e aconselhamento às empresas na Europa. Dispõe de cerca 600 pontos de contacto espalhados por mais de 60 países. Estes serviços não têm quaisquer custos para as empresas que pretendam deles usufruir. ■

CERTIFICADOS DE ORIGEM

EMPRESAS EXPORTADORAS PODEM ADQUIRIR CERTIFICADOS DE ORIGEM NA AIP

Saiba +

AIP RECONHECIDA PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA EMISSÃO DE CERTIFICADOS

COMO FAZER A MUDANÇA DA SUA PME PARA O CONTEXTO 4.0

Chama-se Transformação 4.0, é um projeto da AIP e destina-se a preparar as PME da indústria ou dos serviços para o contexto 4.0. Com a ajuda de especialistas nacionais e internacionais, as PME serão apoiadas num processo de transformação tecnológica, ficando alinhadas com as melhores práticas, potenciando

processos produtivos mais eficientes e interconectados com novos modelos de negócio e cadeias de valor.

Além de ficarem a conhecer o seu posicionamento tecnológico e digital, nacional e internacional, nas PME serão criadas células de desenvolvimento para transfe-

rência e produção de novo conhecimento, beneficiando de um apoio direto no desenvolvimento e engenharia de novos produtos, serviços e processos.

O projeto tem como alvo PME com atividade económica em bens e serviços transacionáveis, designadamente nos seguintes setores: agroalimentar, energia, indústria transformadora, logística, tecnologias e comunicação, transportes, turismo e serviços.

Inclui também workshops temáticos em domínios 4.0 para transferência de conhecimento (big data, cloud computing e internet of things).

Mais informação e adesões: consultoria@aip.pt. ■



MY MANAGEMENT CONSULTORES DE GESTÃO Comercial Financeiro RH Contabilidade Fiscalidade Gestão Industrial	Avaliação de Empresas		Vendas Aquisições Fusões Sucessões Familiares Procura de Investidores
	www.mymanagement.pt LEIRIA LISBOA Tlm: 961189062		

INQUÉRITO À ATIVIDADE EMPRESARIAL 2019

SÍNTESE DE RESULTADOS

A AIP realiza anualmente, desde 1995, o Inquérito à Atividade Empresarial (IAE) com o objetivo de obter informação sobre vários aspetos relativos à atividade das empresas em Portugal.

O IAE 2019 foi lançado em julho e a recolha das respostas esteve disponível até outubro de 2019. Para a síntese dos resultados apurados, que a seguir se apresenta, contribuiu a resposta de 810 empresas. O relatório final estará disponível a partir de 15 de dezembro.

ATIVIDADE PRODUTIVA

Das empresas que responderam ao IAE 2019, cerca de 70% referem aumento do seu volume de negócios em 2018 relativamente ao ano anterior. Este valor é mais significativo nas empresas da “construção, comércio e serviços” (73%) que nas empresas da “in-

dústria” (63%). Das que referem crescimento, cerca de 18% referem taxas de crescimento superiores a 15%.

A evolução da procura em 2019 é avaliada de forma positiva pelas empresas. No mercado nacional, apenas 17% refere que será “inferior ou muito inferior”. No mercado externo, este valor é ligeiramente mais elevado (20%). O número de empresas que refere que a procura será “superior ou muito superior” é de cerca de 46%, quer no mercado nacional, quer no mercado externo.

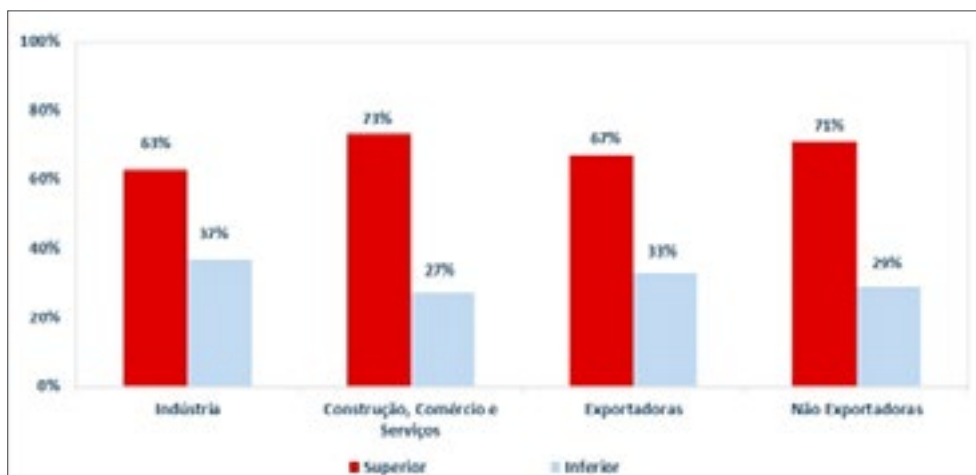
ATIVIDADE EXPORTADORA

Das empresas que responderam ao IAE 2019, 56% referem realizar exportações.

Cerca de 68% das empresas exportadoras perspetivam que as suas exportações em 2019 serão superiores às realizadas em 2018. Este valor é ligeiramente mais elevado nas exportadoras da “indústria” (69%).

Considerando a dimensão, o peso relativo das que preveem um aumento das suas exportações em 2019 é mais

Empresas - Volume de negócios em 2018 relativamente a 2017



significativo nas “pequenas” (71%) empresas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

As empresas que responderam ao IAE 2019 avaliaram a sua situação financeira de forma positiva, com 50% a avaliarem como “normal” e 42% como “boa ou muito boa”. Esta avaliação varia com algum significado consoante a dimensão relativa das empresas. A diferença entre as respostas extremas “boa ou muito boa” e “má ou muito má” é de +18 p.p. nas “micro” e superior a 40 p.p. nas “pequenas”, “médias” e “grandes” empresas.

As previsões das empresas relativamente à evolução da sua situação financeira nos próximos 12 meses apontam para uma manutenção (50%) ou melhoria (42%) da sua situação financeira. Cerca de 8% das empresas referem uma situação “pior” ou “muito pior”.

TAXAS DE JURO

Cerca de 80% referem pagar, em média, taxas de juro inferiores a 4%. A diferença por dimensão de empresa é significativa, com o peso relativo das empresas que mencionam taxas de juro médias “inferiores a 4%” a variar

entre 66% nas “micro” e 91% nas “grandes” empresas. Cerca de 3% refere pagar taxas de juro médias superiores a 6%.

Relativamente aos “spreads”, 67% das empresas referem o intervalo “entre 1% e 3%”.

EMPREGO

Cerca de 53% das empresas preveem que o seu volume de emprego em 2019 seja “igual” e 36,1% prevê “aumento”. Nas empresas que referem “aumento” nota-se diferença entre empresas “exportadoras” (48%) e “não exportadoras” (36%).

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Cerca de 68% das empresas refere “nunca” (34%) investir

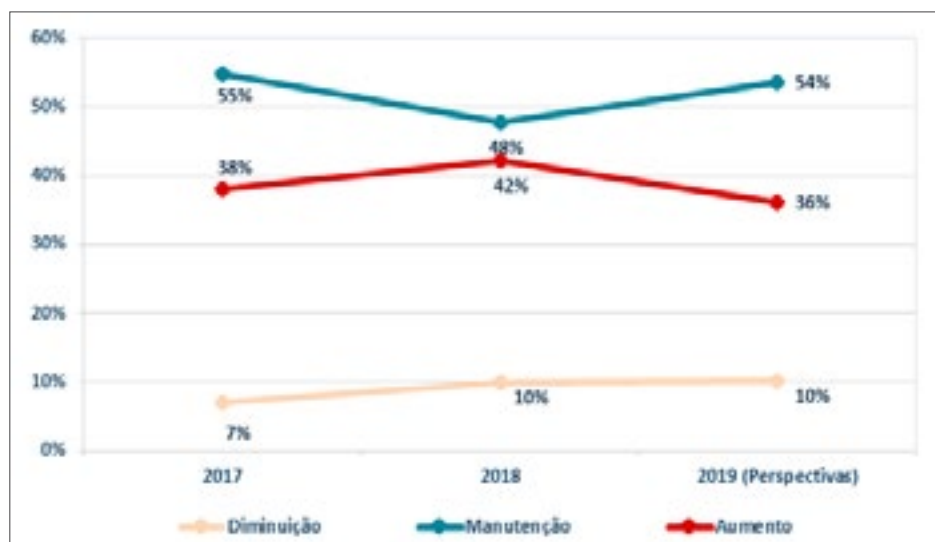
ou “raramente” (34%) investir em I&D. Das empresas que investem em I&D, mais de metade (52%) gastam em I&D menos de 1% do valor das vendas anuais.

CONJUNTURA ECONÓMICA

A maioria das empresas (59%) avalia a atual conjuntura económica como “normal”. Cerca de 25% considera a conjuntura como “má ou muito má” e 16% como “boa ou muito boa”.

Relativamente às perspetivas para a evolução da conjuntura nos próximos doze meses, 54% das empresas considera que vai ser “igual” e 37% que vai ser “pior ou muito pior”. Apenas 8% refere que será “melhor ou muito melhor”. ■

Empresas - Evolução do emprego e perspectivas para 2019



OS ACORDOS PARLAMENTARES EM MATÉRIA FISCAL

INTRODUÇÃO

Num período em que se tentam antecipar as alterações fiscais que poderão constar da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020, tem algum interesse relembrar algumas das propostas do Governo do PS e dos partidos com assento parlamentar, em matéria fiscal, e antever quais os acordos que poderão ser alcançados no Parlamento.

Partindo do programa (fiscal) do Governo, procurámos, assim, encontrar os “aliados” mais prováveis para as alterações fiscais que poderão ocorrer nesta legislatura.

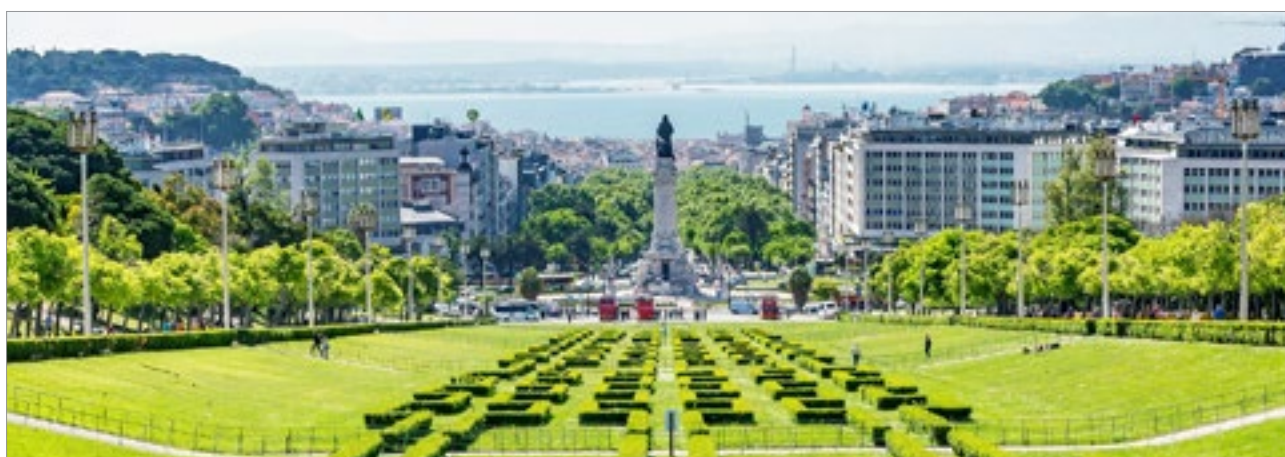
Todos os partidos e as coligações partidárias apresentaram, nos seus programas políticos, medidas relativas a impostos, as quais recaem sobre as famílias, as empresas e os trabalhadores assalariados, os investidores e os profissionais liberais.

Tendo, agora, o Governo, de apresentar um Orçamento que, previsivelmente, seja aprovado e, nessa medida, viabilizado por (alguns dos) partidos com assento parlamentar, relembremos os temas fiscais do programa do Governo que poderão ser objecto de alguns consensos, por, encontrarem acolhimento junto de outros partidos políticos.

A FISCALIDADE VERDE

Todos os partidos mostram preocupações no âmbito da “fiscalidade verde” pelo que poderá haver consensos nesta matéria. Atendendo à transversalidade do tema, esta será certamente uma área a sofrer mudanças, em 2020 ou nos anos seguintes.

Em concreto, o Livre propôs uma redução da tributação sobre o trabalho compensada com a introdução de regras que impliquem a eliminação de subsídios ambientalmente prejudiciais e a introdução de medidas que concretizem o princípio do “poluidor pagador”. E o Governo, no seu

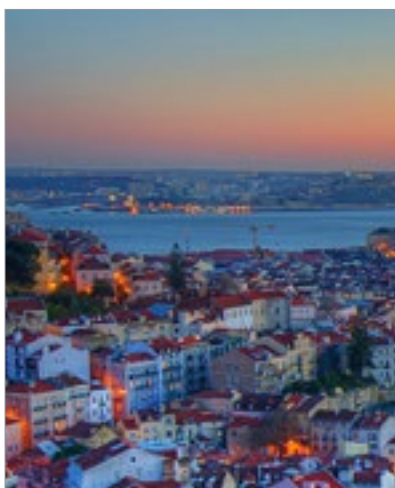


► programa, reflecte propostas no mesmo sentido e propõe, ainda, a eliminação das isenções da taxa de carbono.

O PAN e a CDU seguem também esta linha, o que poderá garantir a aprovação de uma iniciativa legislativa que viabilize a pretendida eliminação. Ademais, o PAN propõe a extensão e aplicação da taxa de carbono a outros sectores poluentes.

Apesar de o Governo não concretizar medidas de “incentivo para a eficiência energética”, é de notar um consenso na generalidade dos partidos neste objectivo. O PAN, o Livre, a Iniciativa Liberal e o PSD propõem, entre outras alterações, a redução da taxa de IVA aplicável a equipamentos, instalações e obras que visem melhorar a eficiência energética, ou reforçar o uso de energias renováveis. Nesta senda, alguns outros partidos mostram vontade em reduzir a taxa de IVA (tendencialmente para a taxa reduzida) aplicável aos sectores da electricidade e gás.

Relativamente a uma “transição para a mobilidade eléctrica” que é proposta pelo Governo, o Livre apresenta



também propostas nesse sentido e poderá ser expectável a convergência de outros partidos.

A “SOCIEDADE DIGITAL”

No que respeita às propostas do Governo no âmbito da “Sociedade Digital”, não existem propostas de âmbito semelhante noutros programas.

Não obstante, é possível identificar algumas medidas a suscitarem interesse e apoio por parte de outros partidos, nomeadamente, do Livre e da CDU que sugerem, respectivamente, a isenção ou o reembolso, ou a introdução de uma taxa reduzida de IVA para as aquisições de bens e serviços no âmbito de projectos de investigação que facilmente se poderão dirigir para áreas diversas.

A TAXA DO IRC

O programa do Governo não se manifesta no que toca à taxa de IRC e isso não reúne consenso fácil. Apenas a CDU demonstrou ser também favorável a uma subida da taxa, sendo os partidos à direita do PS, ao contrário, favoráveis a uma descida.

O combate às desigualdades salariais, através da concessão de benefícios fiscais às empresas que pratiquem menores assimetrias salariais encontra apoio expresso também no programa eleitoral do PAN.

A PROGRESSIVIDADE DO IRS

O aumento da progressividade em sede de IRS assume um papel importante no programa do Governo e a possibilidade de formação de acordos para a aprovação desta medida parecem mais evidentes.

A esquerda é quase unânime na necessidade de aumentar a progressividade do imposto. Contudo, é difícil antever como se efectivarão as eventuais propostas, uma vez que parte dos partidos opta pelo aumento do número de escalões, en-

► quanto outros pretendem a redução das taxas.

No espectro político oposto, o PSD opta por sugerir uma redução da carga fiscal do IRS para as famílias da classe média, mas através da redução de taxas aplicáveis ao rendimento das pequenas e médias poupanças.

Já o CHEGA e a Iniciativa Liberal pretendem uma taxa única (flat tax) no IRS, o que não parece nada compatível com o programa do governo do PS.

O ENGLOBAMENTO

As medidas de alteração na tributação das pessoas singulares não se resumem a medidas nas taxas ou nos escalões do IRS.

Da leitura do programa de Governo e, bem assim, dos programas do BE e da CDU todos parecem convergir no sentido do englobamento dos diversos tipos de rendimentos, particularmente dos rendimentos de capitais e prediais.

No que toca a medidas fiscais de incentivo e favorecimento de famílias numerosas e de

apoio à natalidade já surgem propostas concordantes com as do programa do Governo nos partidos mais à direita, especialmente relacionadas com o aumento de deduções ao nível do IRS.

OS BENEFÍCIOS FISCAIS

No quadro dos benefícios fiscais, embora as propostas em concreto sejam divergentes, há uma vontade de todos os partidos em rever os regimes existentes.

As propostas variam entre a eliminação de benefícios fiscais em sede de IRS (Iniciativa Liberal), a criação de um Estatuto Fiscal para o Interior (CDS), a cessação do regime dos RNH (PAN e BE) e outras propostas mais ou menos abrangentes.

OUTROS TEMAS FISCAIS

Há várias medidas nos programas eleitorais que não encontram correspondência no programa de Governo PS. Assim, poderão ficar fora da agenda fiscal da legislatura medidas como a da revisão (ou como outros sugerem, a abolição) do IMI e alterações várias no IMT.

CONCLUSÃO

A análise efectuada tendo por base as medidas fiscais constantes do programa do Governo parece apontar para uma expectável viabilização da Lei do Orçamento do Estado pelos partidos mais à esquerda, sendo com estes que parecem existir as maiores convergências, isso não será possível, provavelmente, nas medidas fiscais.

De salientar é, no entanto, que este Orçamento para 2020 entrará em vigor a meio do ano, o que dificulta uma implementação fácil e segura das medidas fiscais dos impostos anuais, como o IRS ou o IRC, que tributam factos de formação sucessiva, que se iniciam a 1 de Janeiro e terminam a 31 de Dezembro (ano civil).

Sendo também indesejável que seja na Lei do Orçamento do Estado, com tempo e fórmulas de aprovação mais rudimentares e menos ponderadas e exigentes, que se façam alterações fiscais estruturais (algumas delas, aliás, há pouco tempo aprovadas). ■

Rogério M. Fernandes Ferreira
Lisboa, 19 de Novembro de 2019



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa | Portugal

www.aip.pt